



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA

2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO ONLINE DE ESTAGIÁRIOS DE 2021

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, com base no Regulamento do Programa de Estágio aprovado pela Portaria PGR/MPU nº 378/2010, resolve:

Tornar público o gabarito definitivo da prova objetiva da área de **Direito**, conforme provas modelo.

CLAUDIO DREWES JOSE DE SIQUEIRA

Procurador-Chefe



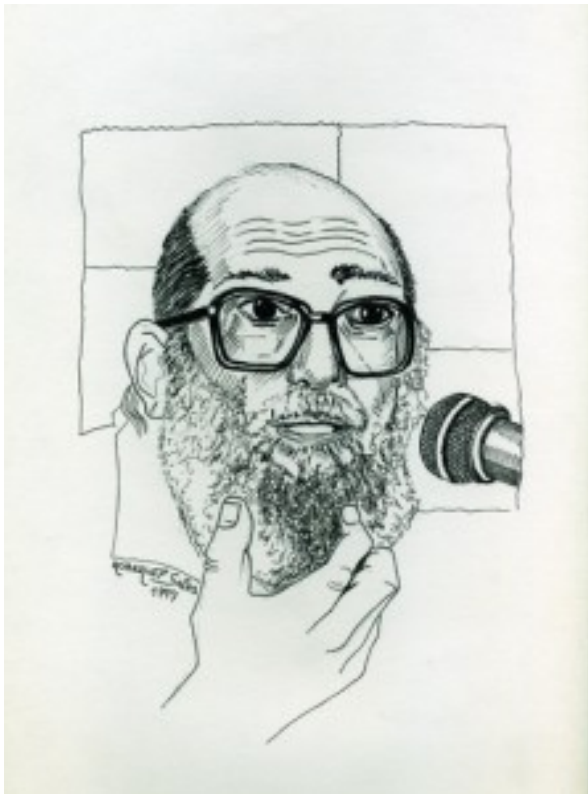
**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

PROVA MODELO – DIREITO

Questões de Português

Texto

Por mais Paulo Freire



Em sua análise, a perseguição a Paulo Freire na época da ditadura não apenas o expulsou do Brasil, mas também do sistema de ensino do país, impondo um autoritarismo e associando a educação ao chamado tecnicismo pedagógico, que a afasta de qualquer caráter social. “Não conseguimos sequer agregar qualidade a esse tecnicismo, mas o fato é que ele é uma herança da ditadura e continua forte”, evidencia.

Para Gadotti, o ethos freiriano não está presente nas escolas hoje. “Estaria se tivéssemos uma



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

educação participativa, democrática, em que a escola formasse para a cidadania, como está na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Não é só formar para o trabalho, mas para a cidadania, para que o povo participe da construção de uma nação. Ao invés de ‘basta de Paulo Freire’, precisamos de mais Paulo Freire para um país mais decente”, reforça.

Arroyo também compartilha da opinião e demonstra preocupação, sobretudo com a proposta de educação integral. “Não podemos entendê-la como mais tempo de escola, nesse mesmo contexto que estamos inseridos. Seria um desrespeito para o povo e iria contra tudo o que Paulo Freire defendia”, alerta.

É fundamental, em sua opinião, que as propostas pedagógicas incorporem os indivíduos em suas totalidades. “Precisamos entender as crianças que chegam às escolas em diversos contextos, o da família negra, o da favela, como filhos de mulheres trabalhadoras. Que saberes e lutas eles trazem consigo para a educação?”, indaga.

“Essas são experiências reais, totais, que exigem uma proposta plural, integrada”, problematiza. Para ele, é urgente pensar que a educação, o currículo diversificado e os saberes prévios podem dar conta de devolver a humanidade roubada das crianças e adolescentes oprimidos. “A função da escola só é integral se ela passa a ser um espaço digno, justo, capaz de recuperar o que lhes roubam”, conclui.

Fonte: https://educacaointegral.org.br/reportagens/paulo-freire-em-seu-devidolugar/?gclid=CjwKCAjwy7CKBhBMEiwA0Eb7as_RUaKBaFSxe7oqcgCtuQLwvbmV8vkb1Z6eDx3RDerg0rZrcP5hhoC8jQQA_vD_BwE

Questão 01

Analisando o artigo de opinião acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) O legado de Paulo Freire fomenta a conscientização do povo, em nome da emancipação social, cultural e política das classes sociais oprimidas.
- b) A memória de Paulo Freire vê-se rechaçada, em geral, pelos educadores no Brasil.
- c) O ethos freiriano corrobora a noção de uma educação aberta que proporciona conhecimento político das grandes massas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- d) A Educação pública brasileira prossegue a passos lentos, concernente ao currículo diversificado, quando comparamos com outros setores da vida moderna.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

Questão 02

A abordagem de um tema presente nos debates públicos – Universidades, Escolas, Instituições sociais, ... – e o destaque dado a Paulo freire, especialista do assunto, contribuem para as propostas pedagógicas que abrangem requisitos primordiais, entre eles a saber; assinale a resposta CORRETA.

- a) Cursos Técnicos
- b) Matemática
- c) Medicina
- d) Cidadania
- e) Futebol

Questão 03

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar”. (Trecho de “Pedagogia do Oprimido”, Paulo Freire)

Fonte: [https://educacaointegral.org.br/reportagens/paulo-freire-em-seu devidolugar/?gclid=CjwKCAjwy7CKBhBMEiwA0Eb7as_RUaKBaFSxe7oqcgCtuQLwvbmV8vkb1Z6eDx3RDerg0rZrcP5hhoC8jQQA_vD_BwE](https://educacaointegral.org.br/reportagens/paulo-freire-em-seu-devidolugar/?gclid=CjwKCAjwy7CKBhBMEiwA0Eb7as_RUaKBaFSxe7oqcgCtuQLwvbmV8vkb1Z6eDx3RDerg0rZrcP5hhoC8jQQA_vD_BwE)

Leia o trecho acima:

A frase acima, citada por Paulo Freire, retrata a ALTERIDADE que o autor aspira do ser pelo outro. Tal pensamento defendido por Paulo Freire reafirma que:

- a) Ele não está reconhecendo emocionalmente a individualidade do outro.
- b) Significa ser o outro, portanto, designa o exercício de colocar-se no lugar do outro, de perceber o outro como uma pessoa singular e subjetiva.
- c) Proporcionar a participação do povo na construção de uma sociedade justa e igualitária.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- d) Promover a emancipação das classes sociais oprimidas.
- e) Todos são iguais perante a lei.

Questão 04

A respeito da pontuação, analise as assertivas abaixo e assinale as alternativas verdadeiras:

- I. A vírgula deve ser empregada, obrigatoriamente, para isolar aposto, vocativo ou adjunto adverbial deslocado, bem como para indicar a elipse do verbo.
 - II. No período “a pandemia foi controlada, porém a população continuava assustada”, as vírgulas foram empregadas corretamente.
 - III. A vírgula não deve ser empregada entre: o sujeito e o predicado, entre o verbo e o objeto direto e entre o nome e seu adjunto adnominal.
 - IV. As orações subordinadas adjetivas devem ser separadas por vírgula da oração principal, independentemente de serem explicativas ou restritivas.
- a) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.
 - b) As alternativas I, II e III são verdadeiras.
 - c) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
 - d) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
 - e) Todas as alternativas são verdadeiras.

Questão 05

Aponte a alternativa incorreta em relação ao emprego da crase:

- a) À medida que estudava, mais preparado o candidato se sentia.
- b) Ela não resistiu à pressão e deu-se por vencida.
- c) Os manifestantes foram à prefeitura e depois à praça central.
- d) Você deve se dirigir àquele posto de saúde.
- e) Solicitei à ela que tivesse calma, pois tudo daria certo.

Questão 06



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Indique a alternativa que completa corretamente as lacunas da frase a seguir.

Com essas medidas, acredito que não _____ mais problemas de ordem econômica na empresa, uma vez que as modificações _____ suficientes para que não _____ mais recursos.

- a) Haverá – serão- faltem
- b) Haverão – serão- falte
- c) Haverá– será - falte
- d) Haverão – serão – faltem
- e) Haverão – será – falte

Questão 07

Assinale a alternativa incorreta quanto à grafia e ao uso do [porque]:

- a) Gostaria de saber por que não podemos viajar.
- b) Você não foi ontem por quê?
- c) Ele não foi trabalhar porque estava muito cansado.
- d) Ele não simpatiza comigo, mas jamais saberemos o por que.
- e) A cidade por que passei carece de políticas pública.

Questão 08

Assinale a opção correta que completa corretamente as lacunas da frase a seguir.

. _____ alguns metros do Palácio Alvorada, houve tumultos, mas nada sei _____ as manifestações que ocorreram _____ de três semanas.

- a) acerca; a cerca de; há cerca
- b) há cerca; a cerca de; acerca
- c) a cerca de; há cerca; acerca.
- d) a cerca de; acerca; há cerca.
- e) a cerca; cerca; acerca



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Questão 09

Assinale a alternativa incorreta quanto ao emprego dos verbos:

- a) Eu dou trabalho, mas valho a pena.
- b) Eu caibo muito bem no espaço de um abraço.
- c) Se você vier me visitar, ficarei feliz.
- d) Ele possui muitas qualidades.
- e) Eu adiro às conclusões desse estudo.

Questão 10

De acordo com a norma culta do Português do Brasil, assinale a opção que contenha os pronomes correspondentes aos termos em destaque:

- I. Assistimos à manifestação política.
- II. O prefeito assiste os desempregados.
- III. Nós, brasileiros, aspiramos a uma situação de país decente.
- IV. O assessor obedece aos senadores.
- V. A criança aspira o ar despoluído

- a) lhe, os, a ela, a ele, lhes
- b) a ela, os, a ela, lhes, o
- c) a ela, os, a, a ele, os
- d) a ela, a eles, lhe, lhe, lhes
- e) lhe, a eles, a ela, lhes, o

Direito Constitucional

Questão 11

Sobre a competência da Justiça do Trabalho e da Justiça Federal é errado afirmar:

- a) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar controvérsias relacionadas à fase pré-contratual de seleção e de admissão de pessoal e eventual nulidade do certame em face da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Administração Pública, direta e indireta, nas hipóteses em que adotado o regime celetista de contratação de pessoal.

b) compete à Justiça Federal comum processar e julgar demandas em que se discute o recolhimento e o repasse de contribuição sindical de servidores públicos federais.

c) a Justiça do trabalho não tem competência para julgar ações penais que tenham origem nas relações do trabalho, como no caso do crime do art. 149 do Código Penal (Redução à condição análoga a de escravo).

d) compete à Justiça Federal julgar as causas envolvendo a Administração Pública federal, direta e indireta, e seus servidores vinculados por relação estatutária.

e) compete à Justiça do Trabalho julgar as causas envolvendo empresas públicas federais e seus empregados vinculados por relações regidas pelo direito do trabalho.

Questão 12

Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- a) as seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil.
- b) um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados.
- c) partido político regularmente registrado no Tribunal Superior Eleitoral.
- d) o Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- e) qualquer membro do Ministério Público.

Questão 13

Segundo o art. 225 da Constituição da República, que trata da proteção ao meio ambiente:

a) o meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

b) não cabe ao Poder Público a preservação da diversidade e da integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

c) a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente não podem ser controlados pelo Poder Público.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

d) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e a exploração de seus recursos naturais é exclusiva do Poder Público.

e) não é de competência do Poder Público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

Questão 14

Sobre o regime constitucional do Ministério Público, é correto afirmar:

a) os membros do Ministério Público não podem exercer nenhuma outra função pública, sem exceções.

b) é função do Ministério Público a defesa judicial dos direitos e interesses das populações indígenas.

c) o controle externo da atividade policial fica a cargo do Conselho Nacional do Ministério Público.

d) o Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério junto ao Tribunal de Contas da União. Já o Ministério Público dos Estados, abrange, além dos Ministérios Públicos de todos Estados da federação, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

e) o Procurador-Geral da República é escolhido pelo Presidente da República entre os nomes constantes de lista tríplice formada pela votação dos integrantes do Ministério Público Federal.

Questão 15

Em relação aos princípios da administração pública, assinale a alternativa correta:

a) o princípio constitucional da eficiência, a despeito de não estar expressamente previsto no art. 37 da Constituição da República, pode ser extraído do princípio da supremacia do interesse público.

b) os princípios da administração pública previstos no art. 37 da Constituição da República se aplicam a toda administração pública direta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Já a Administração Pública indireta, está dispensada da obediência aos princípios da publicidade e da moralidade, pois atuam segundo as regras da



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

iniciativa privada.

c) em razão do princípio da impessoalidade, todos os cargos públicos devem ser preenchidos por meio de concurso público, sem exceção.

d) a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, podendo servir também para a promoção pessoal de autoridades públicas.

e) o princípio da supremacia do interesse público admite ponderação com outros princípios constitucionais.

Direito Administrativo

Questão 16

Sobre a atuação da Administração Pública frente aos administrados, assinale a alternativa correta:

a) as normas estabelecidas pela Lei 9784/99, que regulam o processo administrativo no âmbito da Administração Federal, direta e indireta, não se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

b) o processo administrativo se rege, entre outros, pelos princípios da informalidade, da legalidade, da razoabilidade e do contraditório.

c) não há causas de suspeição e impedimento que se apliquem às autoridades administrativas na condução e na decisão de processos administrativos.

d) a Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

e) a Administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Questão 17

Acerca da improbidade administrativa, nos termos da Lei 8429/92, aponte a alternativa correta:

a) O ato de improbidade administrativa se caracteriza pela prática de qualquer conduta típica, antijurídica e culpável similar aos delitos previstos na legislação penal, à qual se aplicam, todavia, sanções de caráter cível-administrativo.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

b) Segundo a legislação, os atos de improbidade administrativa são classificados em quatro tipologias: os que importam enriquecimento ilícito, os que causam dano ao erário, os decorrentes de concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário e os que atentam contra princípios da administração pública.

c) Constituem, entre outras, sanções aplicáveis aos atos de improbidade, segundo a legislação: a) multa civil; b) suspensão de direitos políticos; c) proibição de contratar com o poder público; d) banimento do serviço público.

d) Todos os entes legitimados para propor ação civil pública estão também legitimados para a propositura da ação de improbidade administrativa.

e) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções pela prática de improbidade administrativa prescrevem em 10 anos.

Questão 18

Sobre as normas constitucionais aplicáveis à Administração Pública, assinale a alternativa correta:

a) os cargos, empregos e funções públicas são destinados aos brasileiros natos que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

b) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, e as nomeações para cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, devem ser precedidas de processo seletivo simplificado, que contemple, por exemplo, a análise de currículos.

c) somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação.

d) Os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público são estáveis após três anos de efetivo exercício, só podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

e) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, sempre que provado o dolo ou a culpa.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Direito Civil

Questão 19

Assinale a alternativa correta:

- a) O nascituro tem personalidade civil.
- b) São incapazes, relativamente a certos atos ou à maneira de os exercer, os menores de 16 (dezesseis) anos.
- c) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, obedecidas determinadas condições.
- d) Não há nenhuma necessidade de registro público de atos da vida civil.
- e) A disposição gratuita do corpo do falecido só pode ser efetuada pela família.

Questão 20

Assinale a alternativa correta:

- a) As sociedades são pessoas jurídicas de direito público.
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo.
- c) A pessoa jurídica, por ter personalidade própria, não fica obrigada pelos atos dos administradores.
- d) O abuso da personalidade jurídica só se caracteriza em pessoas jurídicas de direito público.
- e) Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins instituição de direitos e obrigações recíprocos.

Questão 21

Assinale a alternativa correta:

- a) A validade da declaração de vontade dependerá de forma especial.
- b) No Direito Civil brasileiro, o silêncio não importará anuência, salvo em contratos internacionais.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- c) Os prazos em Direito Civil contam-se nos mesmos termos do Código de Processo Civil.
- d) Se ambas as partes procederem com dolo, ambas poderão alegá-lo para anular o negócio, ou reclamar indenização.
- e) O negócio anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro.

Direito Processual Civil

Questão 22

Assinale a alternativa correta:

- a) O interesse do autor pode limitar-se à declaração.
- b) Compete à autoridade judiciária brasileira processar e julgar as ações em que quaisquer das partes seja brasileiro.
- c) As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz independente dos limites de sua competência.
- d) A competência relativa não se modifica pela conexão ou pela continência.
- e) A incompetência, absoluta ou relativa, poderá ser alegada a qualquer tempo.

Questão 23

Assinale a alternativa correta:

- a) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz extinguirá o processo.
- b) O representante judicial da parte será compelido a cumprir decisão em seu lugar no caso de reiterado descumprimento.
- c) A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, sem exceção.
- d) O juiz poderá limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes, quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa ou o cumprimento da sentença.
- e) No processo civil, Ministério Público atuará na defesa da ordem contratual, de todos os regimes políticos e dos interesses e direitos individuais disponíveis



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Questão 24

Assinale a alternativa correta:

- a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito que depende de prova quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.
- b) A proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos poderá ser efetivada por particulares na via da Ação Civil Pública.
- c) A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, restando facultada às partes a constituição de juízo arbitral.
- d) A publicidade dos atos processuais é restrita, salvo quando se tratar de processos coletivos.
- e) Quando a tramitação processual se arrastar por mais de 3 anos, para a plena satisfação da duração razoável do processo, a parte poderá deixar de ser ouvida previamente em caso de decisões proferidas contra si.

Direito Penal

Questão 25

Considerando a teoria adotada pelo Código Penal no que diz respeito ao lugar do crime, é **INCORRETO** afirmar que se aplica a lei brasileira se:

- a) apenas o resultado da conduta criminosa ocorrer no Brasil.
- b) somente os atos preparatórios forem praticados em nosso país.
- c) apenas o crime-meio for praticado no Brasil, no caso dos crimes complexos.
- d) qualquer dos fatos constitutivos do crime permanente ou continuado for praticado no Brasil.
- e) a omissão, quando penalmente relevante, ocorrer no país.

Questão 26

Acerca do concurso de pessoas, é **INCORRETO** afirmar:

- a) o autor é aquele que detém o domínio do fato.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

b) o partícipe é aquele que, não tendo domínio sobre o crime, contribui, por intermédio de conduta acessória, para a concretização do comportamento típico.

c) se houver vínculo psicológico entre os autores, o resultado é de responsabilidade de todos os participantes, ainda que nem todos o tenham causado materialmente.

d) a profissão de um coautor (como a condição de servidor público), por ser condição pessoal, não se comunica aos demais, mesmo se elementar do crime.

e) se o crime não chega a ser praticado, o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio não são puníveis, salvo disposição expressa em contrário.

Questão 27

Sobre os crimes contra a Administração Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

a) o peculato é o crime no qual o funcionário público arbitrariamente faz sua ou desvia, em proveito próprio ou de terceiro, coisa móvel que possui em razão do cargo ou esteja sob sua guarda ou vigilância.

b) a lei penal brasileira também pune a prática culposa do peculato.

c) a exigência de vantagem indevida, para si ou para outrem, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, configura o crime de concussão.

d) o funcionário público que deixa de praticar ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal comete o crime de corrupção passiva.

e) a advocacia administrativa é o crime no qual o funcionário público, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a Administração Pública.

Direito Processual Penal

Questão 28

Para a instrução de uma reclamação trabalhista em Brasília, um juiz do trabalho com jurisdição na Capital ouviu por meio de videoconferência uma testemunha localizada em Campinas/SP. No depoimento, mesmo devidamente compromissada a falar a verdade, a testemunha fez afirmação falsa, a praticar, em tese, o delito de falso testemunho. Qual o juízo competente para o processamento de eventual ação penal?



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

- a) Justiça trabalho de Brasília.
- b) Justiça trabalho de Campinas.
- c) Justiça comum de Campinas.
- d) Justiça federal de Campinas.
- e) Justiça federal de Brasília.

Questão 29

Dentro do processo penal, com impactos no exercício da ação penal, foi introduzida a figura do acordo de não persecução penal (ANPP). De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, marque a alternativa correta sobre o momento do oferecimento e sobre a retroação ou não da norma para fatos anteriores à sua edição:

- A) é possível o oferecimento do ANPP apenas antes do recebimento da denúncia e apenas para crimes praticados após a lei que prevê o ANPP.
- B) é possível o oferecimento do ANPP apenas antes do recebimento da denúncia, mas podendo alcançar crimes praticados anteriormente à lei que prevê o ANPP.
- C) é possível o oferecimento do ANPP mesmo após o recebimento da denúncia, mas apenas para crimes praticados após a lei que prevê o ANPP.
- D) é possível o oferecimento do ANPP mesmo após o recebimento da denúncia, podendo alcançar crimes praticados anteriormente à lei que prevê o ANPP.
- E) é possível o oferecimento do ANPP até mesmo após a sentença, apenas para crimes praticados posteriormente à lei que prevê o ANPP.

Questão 30

De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta:

- A) No flagrante esperado, a polícia tem notícias de que uma infração penal será cometida e passa a monitorar a atividade do agente de forma a aguardar o melhor momento para executar a prisão, o que acarreta a ilegalidade do flagrante.
- B) Como garantia da materialidade delitiva, nos casos da lei de drogas, para a lavratura do auto de prisão em flagrante é obrigatória a elaboração do laudo toxicológico definitivo, sendo insuficiente o laudo de constatação da natureza e da quantidade da droga.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

C) Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação.

D) No tocante ao flagrante retardado ou à ação controlada, a ausência de autorização judicial torna ilegal a prisão, sem prejuízo responsabilidade criminal ou administrativa por parte do agente policial.

E) A tese de excesso de prazo na comunicação do flagrante não fica superada na hipótese de decretação a prisão preventiva, visto que se trata de duas modalidades distintas de prisão.

GABARITO – PROVA MODELO – DIREITO

Português:

- 1) questão anulada
- 2) d
- 3) b
- 4) b
- 5) e
- 6) a
- 7) d
- 8) d
- 9) d
- 10) b

Direito Constitucional

- 11) a
- 12) d
- 13) a
- 14) b
- 15) e



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

Direito Administrativo

16) d

17) b

18) c

Direito Civil

19) c

20) b

21) e

Direito processual civil

22) a

23) d

24) c

Direito Penal

25) b

26) d

27) d

Direito Processual Penal

28) e

29) b

30) c